

Mário Farelo

UM COLETOR APOSTÓLICO *IN REMOTIS FINIBUS MUNDI*.
BERTRAND DU MAZEL EM PORTUGAL (1368-1371)

Uma das características geralmente atribuídas aos pontífices apelidados de «papas de Avinhão» (1309-1377) foi a capacidade que estes demonstraram em burocratizar as estruturas governativas pontifícias, assim como em incentivar um acréscimo substancial da pressão «fiscal» exercida por autoridade apostólica sobre a Cristandade, de modo a fazer face às crescentes despesas exigidas por essa mesma burocratização e pelas guerras mantidas pelos papas para a manutenção do respetivo poder político¹. Nessa perspetiva, tornou-se um lugar-comum afirmar que a crescente eficácia da fiscalidade apostólica radicou, nesse período, na maior presença do Papa e da Câmara Apostólica nos diversos reinos da Cristandade, desde logo pelo estabelecimento de circunscrições específicas de recorte territorial chamadas coletorias. Estruturadas em torno de um coletor e de um ou mais subcolectores em cada diocese, esta organização tinha por missão a recolha, a gestão e o transporte dos réditos devidos à Câmara Apostólica. Periodicamente, esta orgânica era «auditada» e posta ao serviço de núncios enviados pelo poder pontifício e cameral com encargos específicos de percepção².

A crescente conservação pela Câmara Apostólica dos registos contabilísticos redigidos pelos próprios colectores – uma vez que tais documentos constituíam o meio de prova para que estes fossem ressarcidos das despesas efetuadas durante as missões –, teve o condão de alterar a visão das missões pontifícias *in partibus*. A uma documentação ducentista que se prestava mais a evidenciar contextos políticos e económicos, sobre os quais Peter

1. Guillemain, «Les cadres», 70, entre outros.

2. Samaran e Mollat, *La fiscalité*, 76; Guillemain, «Sur l'efficacité», 140.

Linehan destacou os elementos mais importantes na sua tese em 1971³, juntou-se na centúria seguinte uma outra, de natureza contabilística, que permitiu evidenciar *praxis* de funcionamento e caracterizar melhor o trabalho dos oficiais apostólicos no desempenho das suas missões.

O presente texto representa uma dupla oportunidade: não somente constitui uma singela homenagem a um historiador que, como poucos, pensou as relações multifacetadas entre o Papado e os reinos ibéricos no período medieval, como pretende evidenciar um exemplo específico dessas relações, com recurso a informações em grande medida inéditas. Assim, tal como o deambular de Raimundo de Montrós no início de Trezentos estudado por Peter Linehan⁴, sigamos o périplo de um coletor apostólico em Portugal nos finais dos anos 60 dessa centúria, continuando um trabalho que temos vindo a desenvolver há vários anos sobre as relações entre o reino de Portugal e o Papado de Avinhão.

Bertrand du Mazel foi considerado pelo seu biógrafo como o arquétipo do coletor apostólico no século XIV⁵. À partida, sem ter ocupado cargos de relevo na hierarquia da Igreja, nada faria prever que a sua memória se perpetuasse até aos nossos dias. No entanto, o interesse que a riqueza da documentação das suas missões suscitou junto de especialistas da história do Papado, em meados do século XX, trouxe este oficial «para a ribalta» e permitiu realçar os traços globais do seu percurso. Licenciado em Direito Canónico como muitos dos coletores apostólicos nessa centúria⁶, o serviço apostólico e curial levou-o sucessivamente ao espaço germânico (1366-1368)⁷, à península ibérica (1368-1372)⁸, à Sicília (1372-1375)⁹, tendo falecido ao serviço de Clemente VII como coletor em Aragão (1378-1380)¹⁰. À semelhança do que aconteceu com a sua passagem pelo espaço germânico e siciliano, o desempenho da sua atividade em Portugal deixou um conjunto de contas que permitem seguir os passos de um agente preocupado com os recursos e a gestão documental da sua missão.

Coube a Jean Glénisson traçar os enquadramentos e as linhas gerais da passagem de Bertrand du Mazel por Portugal. Segundo este, a missão «ibérica» deste último deveu-se à dificuldade do funcionamento das cole-

3. Linehan, *The Spanish*, III, 133, 131-138, 189-220, 249-250.

4. Linehan, «The Church», 275-303.

5. Glénisson, «Un agent», 89-119.

6. Le Roux, «Bibliothèques», 37.

7. Nováček, «Copialbuch», 1-41.

8. Glénisson, «Un agent», 89-119.

9. Glénisson, «Documenti», 225-262.

10. Greiner, «Un représentant», 197-213.

torias portuguesa e castelhana causada pela instabilidade vivida em Castela pela guerra civil que então grassava entre o rei D. Pedro I e o seu irmão D. Henrique de Trastâmara e, depois, pelo conflito entre este último e o rei D. Fernando de Portugal (1369-1370)¹¹. Todo este autêntico caos que então se vivia em Castela, com as consequentes interrupções das atividades mercantis e a insegurança dos caminhos, colocava em cheque o cumprimento das exigências camerais, razão pela qual Du Mazel preferiu concentrar a sua atividade no reino de Portugal. Com as informações provenientes do seu manual de coletoria, Jean Glénisson pôde reconstituir as peripécias da sua viagem de ida, do seu itinerário pelo reino português, assim como historiar alguns dos direitos pontifícios recolhidos e detalhar a liquidação da sua missão, uma vez chegado a Avinhão. Através das cartas recebidas e enviadas, consignadas de forma autógrafa em registo próprio, o autor identificou em Du Mazel a figura de um informador, dando conta ao Papa, ao camarlengo cameral e mesmo ao Imperador dos rumores que então corriam em Lisboa sobre a situação política portuguesa e castelhana¹². De forma lapidar, o autor concluiu sobre a missão portuguesa do referido coletor:

Il pouvait faire à ses chefs une relation en tout point satisfaisante, au moins en ce qui concerne le Portugal, où s'était exercée son activité principale. La comptabilité, inexistante à son arrivée, avait été mise sur pied, la «taxe» des bénéfices établie une fois pour toutes, à la demanda de la Chambre apostolique, et le conflit qui divisait le roi et le Saint-Siège résolu sans dommage¹³.

A referência ao restabelecimento da contabilidade da coletoria portuguesa é de extrema importância. Com efeito, ao contrário de uma missão que se assumia como a continuação das anteriores, Bertrand du Mazel teve de «reativar» a coletoria portuguesa, até então deixada ao sabor das dificuldades de perceção dos direitos pontifícios e camerais e da incúria do coletor Guilherme Piloti, o qual tinha aparentemente negligenciado a necessidade de manter um registo escrito das suas atividades.

A missão «portuguesa» de Du Mazel surge como uma excelente oportunidade para apreender a ação de um coletor que tem, simultaneamente, de perceber e terminar o trabalho efetuado pelo seu antecessor, mas que tem também de recolher, de raiz, um conjunto determinado de réditos em nome da Câmara Apostólica e do Papa. Fiel à sua prática de consignar

11. Glénisson, «Un agent», 96, 100 e Le Roux, *Servir*, 1: 411.

12. Glénisson, «Un agent», 102-103.

13. *Id.*, 103.

por escrito as atividades ligadas à sua função, o resultado da sua missão ibérica consubstancia três *núcleos* documentais já conhecidos¹⁴.

O mais importante respeita o manual de coletoria. Segundo Josep Trenchs, tratava-se dos «livros redigidos por um coletor ou por um seu escriba, nos quais se consignavam as contas detalhadas das receitas e gastos efetuados durante a sua missão numa província eclesiástica ou reinos»¹⁵. Elaborados em duas cópias – uma para a Câmara Apostólica e a outra para o coletor¹⁶ – subsistem no caso vertente ambas as cópias, uma com a verificação do clérigo da câmara Maurício de la Barda e com a recapitulação das contas apenas (*compota brevis*) (ASV, *Coll.* 179) e uma outra sem estes dois elementos (ASV, Arm. XXXIII, tomo 18)¹⁷. A organização do seu conteúdo, primeiramente por diocese e dentro de cada uma por rédito recolhido, foi já objeto de descrição sumária no âmbito do estudo codicológico do volume contido no fundo das *Collectoriae*¹⁸. Contudo, permanece inédito o grosso do seu conteúdo, sobretudo no que respeita ao conhecimento e análise dos montantes dos réditos recolhidos, das despesas e operações cambiais efetuadas por Du Mazel.

Um segundo núcleo consiste num conjunto de cartas recebidas e emitidas pelo coletor, transcritas pelo próprio, que serviu de fonte de informação para o enquadramento da missão proposto por Jean Glénisson¹⁹.

Não sendo este um caso único em que um coletor teve de reconstituir as contas de um antecessor, Du Mazel consignou o seu trabalho em registo próprio, intitulado *Liber debitorum domini nostri pape et sue camere regni Portugalie*, documento que viria a ser referido, mas não utilizado pelo seu biógrafo²⁰. Nele lançou informação sobre a identificação dos resíduos dos diversos réditos que ficaram por recolher do antigo coletor Guilherme Piloti, mas também procedeu à sua recolha, deixando disso testemunho escrito no próprio registo (26 assentos encontram-se riscados)²¹. Organi-

14. *Id.*, 95, 97-98.

15. Trenchs, «El manual» 206.

16. Mollat, *Les papes*, 542; Boissellier, *La construction*, 263.

17. *Collectoriae* 179, fols. 3r-233r; Arm. XXXIII, t. 18, fol. 3r-233r. Como ambos os exemplares têm a mesma paginação, citaremos doravantes ambas as cotas arquivística com uma única indicação de folio.

18. Boissellier, «Sur quelques», 33-40; Boissellier, *La construction*, 255-258, 263.

19. Registra Avenionensia 166, fols. 27r-75r; Glénisson, «Un agent», 95.

20. Glénisson, «Un agent», 98. O registo encontra-se em *Collectoriae* 116, fols. 140r-71r.

21. Em 18 ocasiões o motivo do risco foi o pagamento da dívida a Du Mazel ou a prova do mesmo, em 2 assentos ele não conseguiu encontrar o documento que provava a dívida, em 2 outros houve duplicação da informação e 4 foram os casos em que ele não escreveu a razão de ter riscado o assento de dívida.

zado por diocese, o documento começa com a arquidiocese de Braga, na qual se descreve os «débitos que o Papa e a sua Câmara têm no reino de Portugal» (3 assentos) e «o que é devido à Câmara apostólica pelos serviços comuns e os 5 serviços meúdos» (3 assentos). Os restantes assentos relativos a Braga e às outras dioceses concernem as dívidas ao falecido coletor Guilherme Piloti («O que devem a D. Guilherme Piloti outrora coletor apostólico no reino de Portugal em nome da Câmara Apostólica») em 112 assentos, repartidos de forma desigual entre a arquidiocese de Braga (35 assentos) e as dioceses de Lisboa (64 assentos), Guarda (4 assentos), Évora (7 assentos), Silves (1 assento), Viseu (1 assento). Um tal desfasamento parece resultar, não somente da diferença de importância das duas primeiras circunscrições em relação às restantes, como também das primeiras serem os espaços de inserção benéfico e funcional de Guilherme Piloti²².

Ainda que pudesse ter recorrido ao testemunho dos familiares do antigo coletor ou a outras pessoas, a informação consignada provém maioritariamente de escrituras e instrumentos que ele conseguiu recuperar com grande «labor e dificuldade» em diversos locais²³. E, na verdade, a maior parte dos assentos refere que ele se encontrava na altura na posse do documento respetivo («*{instrumentum} quod penes me habeo*»).

Na medida em que subsiste um conhecimento ainda bastante parcial sobre esta «paisagem documental» específica, cremos ser prematura uma abordagem puramente contabilística, com o fito de avaliar a eficácia do seu trabalho. Deixando mais tarde esse desiderato, o texto agora proposto persegue três objetivos principais: aprofundar o quadro geral traçado por Jean Glénisson em termos do desenrolar cronológico e da abrangência geográfica da sua missão, identificar os réditos recolhidos e historiar os processos de perceção, assim como detalhar o processo de transporte dos montantes recolhidos, procurando evidenciar, sempre que possível, a informação inédita presente nas fontes compulsadas.

Preparação na Cúria e itinerário da missão

A nomeação como núncio à Península Ibérica foi comunicada a Bertrand du Mazel quando este se encontrava em Viterbo, em finais de

22. Sobre o seu percurso, veja-se Farelo, «O percurso», 296-301.

23. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 3r.

1367, regressado da sua missão no território germânico²⁴. Como na maior parte dos casos, desconhece-se as razões que levaram à sua escolha. No entanto, o facto de ter sido agraciado, em novembro de 1367, com a provisão apostólica no arcediagado de Tarancón, na diocese de Lérida (Aragão)²⁵, sugere uma certa causalidade. Com efeito, a sua vinda à Península permitiria que ele tomasse posse do seu benefício em pessoa, à semelhança do que havia acontecido em 1355, quando o coletor Jean Garriga parou em Lérida, na sua viagem com destino a Portugal, para fazer avançar o processo junto da respetiva autoridade ordinária, relativamente à sua nomeação a um canonicato e de uma prebenda no referido cabido²⁶.

Seja como for, a sua missão é uma certeza nos inícios de janeiro de 1368. As primeiras bulas sobre o assunto, datadas do dia 7 desse mês, são eloquentes sobre o trabalho que o papa Urbano V esperava de si. Desde logo, Du Mazel devia resolver a questão dos espólios dos prelados portugueses ainda por recolher, uma vez que estes se encontravam sob sequestro régio. Para isso, o papa recomendou o novo núncio a D. Fernando, e lembrou-o de que o coletor fôra nomeado para recolher os *spolii* dos bispos D. Lourenço, de Lisboa e D. João, de Évora, anteriormente reservados pelo papa²⁷. Por uma outra bula, datada desse mesmo dia, verifica-se que o pontífice se preocupava com o restabelecimento do trabalho das coletorias ibéricas, uma vez que ele foi nomeado núncio apostólico nos reinos ibéricos, com a exceção de Aragão, no qual pontificava o coletor Folc Périer²⁸. Foram fixadas, nesse documento, as modalidades de relacionamento que o novo núncio manteria com essas circunscrições, em grande medida pautadas pelo exercício de um conjunto de competências geralmente adscritas aos coletores «territoriais». Abstendo-se o pontífice de colocá-los na dependência direta de Du Mazel, não deixaria no entanto este último de poder agir nessa qualidade: deveria fixar o prazo de entrega, assim como examinar e auditar as contas dos comissários e dos subcoletores nomeados nesses reinos, devendo deles receber os pecúlios recolhidos. Para além disso, o núncio teria o poder de os punir, caso cometessem fraudes, causassem dolo no exercício das suas funções ou se

24. Registra Avenionensia 166, fol. 52v; Glénisson, «Un agent», 94.

25. Glénisson, «Un agent», 94.

26. Williman e Corsano, *The Spoils*, 3-8.

27. Reg. Vat. 249, fol. 49r-50r. Data do dia seguinte o salvo-conduto em seu favor endereçado a todo o clero (Instrumenta Miscellanea, n° 2498; Registra Avenionensia 166, fol. 26; Lecacheux, *Lettres secrètes*, n° 2637; Milián Boix, *El fondo*, 146, n° 295).

28. Os traços principais da sua ação da coletoria aragonesa encontra-se em Morelló i Baget, «Andanzas», 180-192.

recusassem ou fossem negligentes na prestação das respetivas contas. Na verdade, pretendia-se que o núncio tivesse a capacidade para proceder à recolha das espécies que, por diversos motivos, a Câmara não tinha conseguido angariar. Por isso, Du Mazel obteve a capacidade de fixar a taxa dos benefícios que ainda não tivessem sido taxados, de recolher os montantes camerais que se encontram em custódia e de proceder à recolha das anatas dos beneficiados colados por autoridade apostólica que a negligência dos subcoletores *in situ* não tinha permitido obter. No mesmo dia, o pontífice conferiu-lhe autoridade para pedir e receber as somas recolhidas pelos coletores em Castela (Hugo de Lamanhania e Arnaldo de Vernolio) e em Portugal (Guilherme Piloti)²⁹.

Com a reserva pelo pontífice dos benefícios vacantes no espaço da Cristandade, decretada a 11 desse mês, o núncio viu-se-lhe confiada uma nova responsabilidade. Nesse mesmo dia, a chancelaria apostólica endereçou-lhe três cartas, uma para que ele enviasse sem demora à Câmara Apostólica os frutos reservados dos mosteiros e igrejas em vacatura nos referidos reinos, uma outra conferindo-lhe o poder de nomear para o ofício de notário ou escrivão duas pessoas idóneas e uma última para que se aplicasse na recolha dos espólios dos prelados ibéricos que haviam sido reservados por autoridade pontifícia³⁰.

Por essa altura devia ser chegado à Cúria uma notícia que iria alterar o rumo da sua missão. Falecido em 17 de outubro de 1367³¹, a morte do coletor em Portugal Guilherme Piloti colocava um novo problema ao funcionamento da coletoria lusitana. É provável que esta mudança da situação tenha sido um outro argumento para justificar que a prioridade de Du Mazel seria o reino de Portugal. E, nessa perspetiva, em vez das autoridades camerais nomearem um novo substituto, ele obteve, no dia 13 de janeiro, a graça – rara segundo Jean Glénisson – de poder nomear o seu sucessor³². O adiamento da nomeação do novo coletor não deixava de ser benéfico para o trabalho futuro do núncio, que assim tinha liberdade de proceder sem passar pela mediação do coletor «territorial». A

29. Instrumenta Miscellanea, n° 2495; Reg. Vat. 249, fols. 56v-57v, 58v-59r; Registra Avenionensia 166, fol. 27r-8r; Lecacheux, *Lettres secrètes*, n° 2636; Milian Boix, *El fondo*, 145-146, n° 294; Peter Linehan, *Portugalia*, 1, 717, n° 1216; Glénisson, «Un agent», 97.

30. Instrumenta Miscellanea, n° 2499-2500; Reg. Vat. 249, fols. 57v-8v; Registra Avenionensia 166, fols. 29r-30v; Lecacheux, *Lettres secrètes*, n° 2638; Milian Boix, *El fondo*, 147, n° 296-297; Linehan, *Portugalia*, 1, 717-718, n° 1217.

31. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 35r.

32. Reg. Vat. 249, fol. 60r; Registra Avenionensia 166, fol. 28v; Lecacheux, *Lettres secrètes*, n° 2643; Glénisson, «Un agent», 96.

partir daqui, os mandados apostólicos e camerais de recolha de réditos que lhe forma dirigidos assumiram uma abrangência portuguesa (por exemplo a recolha da anata do arcediagado de Lisboa, em vacatura pela morte do cardeal Gil de Albornoz) ou ibérica (bens colados e confirmados pela Sé Apostólica e as dívidas relativas aos serviços comuns ainda por pagar pelos prelados ibéricos)³³.

Saído da Cúria, então fixada em Roma, a 24 de janeiro de 1368 – no mesmo dia que os camarlangos apostólicos lhe enviam a relação dos prelados ibéricos devedores dos respetivos serviços comuns e que lhe pagam em avanço do seu salário a soma de 150 florins *sententie*³⁴ – chegou a Lisboa no dia 1 de agosto seguinte, após mais de seis meses de uma viagem atrasada pelas perturbações causadas pela guerra civil entre o rei de Castela D. Pedro e o seu meio-irmão D. Henrique de Trastâmara e com peripécias já conhecidas³⁵.

Du Mazel seguiu a prática seguida por anteriores coletores em centrar a sua atividade em Lisboa. No entanto, as suas múltiplas tarefas levaram-no a calcorrear o reino para norte por duas vezes, como se atesta pelo seu itinerário, publicado em anexo no final do presente trabalho e que constitui uma das fontes para a reconstituição agora proposta das suas andanças³⁶.

Permaneceu em Lisboa cerca de um mês após a sua chegada ao reino. Sensivelmente a meio desse período, enviou aos seus superiores camerais um relatório detalhado da sua viagem. Para além descrição das peripécias então vividas, o coletor falou da necessidade do reenvio das cartas apostólicas que lhe foram roubadas no caminho (uma destinada ao rei de Portugal sobre a recuperação dos bens do bispo D. Lourenço e as comissões para a recolha dos bens dos falecidos Guilherme Piloti e do bispo de Évora D. João Gomes). Certamente para acautelar eventuais sanções, informou da sua ideia em cambiar os réditos recolhidos em nome do Papa e da Câmara Apostólica com os mercadores genoveses estantes em Lisboa, uma vez que a sociedade florentina dos *Alberti antigos* (*Albertorum antiquorum*) que o papa havia mandatado para o efeito, não dispunha de representantes na altura na cidade³⁷. Durante esse período, enviou um seu familiar para

33. Registra Avenionensia 166, fols. 30r-2v, 33v; Registra Avenionensia 166, fol. 33v; Collectoriae 353, fols. 99r-101v; Williman, *Calendar*, 264-265, n° 472 (edição parcial).

34. Collectoriae 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 210r; Collectoriae 353, fols. 99r-101v; Registra Avenionensia 166, fol. 31r-2r; Williman, *Calendar*, 264-265, n° 472 (edição parcial).

35. Jean Glénisson detalha os seus contornos, a partir de Collectoriae 179, fol. 233, em Glénisson, «Un agent», 97-98.

36. As restantes são os três núcleos documentais elencados anteriormente.

37. Registra Avenionensia 166, fol. 50rv. O mandado do camarlengo sobre essa obrigação, datado de 16 de agosto de 1368, ordenou que os transportes dos representantes da sociedade de

recolher réditos da Câmara situados em Braga e a outros lugares – tarefa na qual esteve envolvido 28 dias –, ao passo que ele próprio procedia à recolha na cidade dos bens do antigo coletor Guilherme Piloti³⁸. Finda a sua primeira estada lisiponense, saiu no dia 8 de setembro com destino a Évora, com o propósito de proceder à recolha dos espólios do bispo D. João. Permaneceu envolvido na recolha dos rendimentos da vacatura diocesana durante cerca de dois meses. Com esse objetivo, enviou familiares seus a Beja e a Elvas para inquirirem dos débitos devidos ao falecido prelado. Uma vez recolhidos os réditos, fê-los enviar no dia 7 de outubro a Lisboa. Transportados por via terrestre até Coima, tomaram a via *per mare* até «à praia» de Lisboa, daí seguindo até às suas casas de morada. No total, todo este transporte custou-lhe 7 libras e 10 soldos³⁹. Ainda nesse mês, no dia 20, seguiu de novo de Lisboa o seu familiar Raimundo Fabri, com a missão de fazer um novo transporte dos bens do defunto prelado de Évora a Lisboa. Segundo Du Mazel, não era possível vender os referidos bens em Évora, «cum tanta utilitate» como em Lisboa, pelo que o coletor preferiu vendê-los nesta última, mesmo após um custo de transporte cifrado em 17 libras 8 soldos⁴⁰.

Os dois meses seguintes foram passados em Lisboa. É aí que procedeu à primeira transferência de fundos a Avinhão através de um mercador genovês estante na cidade⁴¹.

No mês seguinte, iniciou o primeiro dos dois pèriplos por terras nortenhãs. Entre dezembro de 1368 e fevereiro do ano seguinte, as permanências no Porto e em Braga permitiram-lhe receber as contas dos respetivos subcoletores⁴² e de gerir a recolha dos réditos apostólicos em Castela, após ter recebido em Braga, em meados de janeiro, o respetivo coletor⁴³. Contudo, a situação bracarense continuava difícil, como ele confidenciou ao camareiro apostólico em fevereiro, uma vez que os rendeiros e servidores

Lisboa à Cúria demorassem quatro meses, no máximo. Du Mazel recebeu-a somente no dia 7 de janeiro seguinte, estando em Braga. Reg. Vat. 166, fol. 33r-4r; Renouard, *Les relations*, 625.

38. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 226v. A ida a Braga também se relacionou com uma carta de Urbano V destinada ao rei de Portugal, que Du Mazel tomou conhecimento, pela qual o papa prometia ao rei a bênção apostólica, se este o ajudasse a recuperar o dinheiro que o arcebispo bracarense D. João de Cardaillac se encontrava obrigado à Câmara Apostólica. *Registra Avenionensia* 166, fol. 52.

39. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 227r.

40. *Ib.*

41. *Ib.*, fol. 220v.

42. Em dezembro enviou um nuncio aos subcoletores de Tui e Orense, para que estes lhe viessem dar conto e recado a Braga. *Ib.*, fol. 228r.

43. *Ibid.*

do arcebispo não lhe permitiam arrecadar os bens do arcebispado pertencentes à Câmara e ao Colégio cardinalício, apesar de já ter excomungado o arcebispo e intimado o Cabido a pagar⁴⁴. A solução chegaria por carta redigida em Valhadolid, a 15 de setembro de 1369, pela qual o arcebispo de Braga nomeou-o seu vigário-geral e oficial no espiritual e temporal, o que o autorizava a constranger os apaniguados arquiiepiscopais a lhe apresentar as respetivas contas e a entregar os bens devidos à Câmara⁴⁵.

É provável que, por todas estas razões, Du Mazel tenha centralizado a sua atividade em Braga, ao longo da sua permanência no norte do reino. Impedido de sair da cidade bracarense, ele reagiu aos problemas que entretanto iam surgindo por meio do envio de núncios, cujas despesas ele diligentemente apontou no final do seu manual. Contudo, nem todas as despesas efetuadas nessa altura foram aceites pelo clérigo da Câmara Apostólica que auditou as suas contas. Levando o seu zelo ao extremo, Du Mazel tinha recebido notícia, no dia 25 de janeiro de 1369, que o abade de Alcobaça havia falecido. Na impossibilidade de se deslocar pessoalmente a Coimbra, para aí enviou um núncio, que lhe custou 3 libras, com uma carta de comissão ao subcoletor conimbricense Pedro Gaudelmo, presumivelmente para que este recolhesse os bens que pertencessem aos seus superiores. O clérigo da Câmara não lhe imputou essa despesa, argumentado que ele sabia que os bens cistercienses não se encontravam sob reserva, pelo que essa despesa não poderia ser contabilizada⁴⁶. Infelizmente para ele, o referido clérigo da Câmara não foi igualmente compreensivo com a série de despesas que ele levou a efeito relativamente ao trigo oriundo da vacatura do bispo eborense D. João Gomes.

No contexto do conflito que se avizinhava, em inícios de 1369 entre os reinos de Castela e de Portugal, Du Mazel fôra informado, no dia 14 de fevereiro, que o monarca luso D. Fernando fixara um prazo (que o coletor não refere) para que fosse enviado às fortalezas todo o trigo que se encontrava fora das mesmas, sob pena de confisco pelo rei. Como Du Mazel havia tomado posse do trigo proveniente da vacatura episcopal eborense, enviou um núncio a essa cidade com o encargo de vender ou de convencer as gentes do rei a não alienar o referido trigo, que se encontrava fora dos castelos de Beja, de Montemor-o-Novo e em outros locais. Provavelmente

44. Registra Avenionensia 166, fols. 54r, 55r.

45. Instrumenta Miscellanea, nº 2567; Milián Boix, *El fondo*, 149, nº 302; Linehan, *Portugalia*, I: 718, nº 1219; Mollat, «Jean de Cardaillac», 92.

46. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 228r.

para ganhar tempo, pagou 7 libras e 10 soldos por uma carta régia, pela qual lhe foi concedido um prazo para o vender ou enviá-lo para as referidas fortalezas. Certamente privilegiando a primeira opção, enviou núncios à zona circundante de Évora, e por diversas vezes a Beja, para angariar compradores para o trigo em questão e demais virtualhas provenientes da dita vacatura⁴⁷. Com o recrudescer do conflito e a impossibilidade de vender referido trigo, foi aconselhado a viajar de Évora ao lugar de *Olho Marinho* (provavelmente a freguesia desse nome do concelho de Óbidos, distrito de Leiria), situado segundo ele «nos confins do reino de Portugal», onde acabou por conseguir vender o referido trigo ao rei. Tratou-se de uma operação bastante cara, a acreditar nas 472 libras que inscreveu nas suas contas e que a Câmara Apostólica acabou por não aceitar⁴⁸.

Após um hiato de informações durante o segundo trimestre de 1369, Du Mazel encontrou-se durante o mês de setembro seguinte em Évora, certamente providenciado a recolha da vacatura episcopal ditada pelo falecido do bispo D. João Gomes. Seguiu-se uma longa permanência em Lisboa (outubro 1369-abril 1370), motivada pela percepção dos benefícios que o falecido cardeal Gil Albornoz detinha no cabido lisiponense e pela questão com o rei sobre os espólios do bispo D. Lourenço. Com estes assuntos relacionava-se uma carta que lhe foi endereçada a 12 de abril de 1369 pelo camareiro apostólico, mas somente recebida em Lisboa a 20 de dezembro. Ordenava-lhe o seu superior o cumprimento de uma moratória de dois anos sobre a recolha dos réditos devidos pelos benefícios que o cardeal Guilherme de Sudre dispunha em Portugal e em Aragão, nomeadamente o arcediagado de Santarém no Cabido de Lisboa⁴⁹. Deveria, por isso, entregar os rendimentos dos referidos benefícios ao procurador do cardeal, Domingos de Mungueta, uma personagem aliás bastante ligada aos assuntos camerais em Lisboa nas décadas seguintes⁵⁰.

Em grande medida, essa permanência lisiponense foi igualmente ditada pela receção, a 19 de novembro, da carta do camarlengo, datada de 4 de junho de 1369, sobre a reserva das meias procurações decretada três dias antes por Urbano V⁵¹. Após a receção desta última, Du Mazel enviou dois núncios a todo reino, ordenando que os bispos deixassem de

47. *Ib.*, fol. 228v.

48. *Ib.*, fol. 230r.

49. Farelo, *O Cabido*, 2: 80-81; Farelo, «Les clerics», 126.

50. Farelo, «Les clerics», 117.

51. *Collectoriae 179/Arm. XXXIII*, t. 18, fols. 36v-7v, 40r-1r.

receber tal exação, uma operação que demorou 24 dias e teve o custo de 22 libras⁵². No seu seguimento, foi enviado o seu familiar Raimundo Fabri, com o propósito de publicar o processo da reserva das referidas meias-procurações e dos débitos devidos à Câmara Apostólica. A despesa dos dois meses que o referido familiar andou na referida publicação nas cidades de Coimbra, Porto, Braga, Tui, Viseu, Lamego e Guarda foram contabilizadas em 61 libras 10 soldos⁵³. A publicação do processo na diocese de Lisboa, efetuada durante 3 semanas pelo seu familiar Vasco, mereceu reparo ao verificador das suas contas. Segundo este, a despesa da publicação do processo não devia ser calculada em função dos diversos locais de publicação, uma vez que era suficiente a sua publicação na igreja catedral e pelos arcepresbiteros (*archipresbiteros*) na diocese⁵⁴.

Provavelmente pela necessidade de proceder à essa publicitação, Du Mazel não retomou imediatamente as suas deslocações. Em janeiro de 1370, ainda em Lisboa, efetuou um novo câmbio com o mesmo mercador genovês⁵⁵. Dois meses mais tarde, Du Mazel obteve um dos sucessos da sua missão, quando conseguiu obter, no dia 18 de março de 1370, uma carta régia pela qual D. Fernando assignou à Camara apostólica o resíduo dos bens dos espólios do bispo de Lisboa D. Lourenço, que o seu pai D. Pedro havia alienado. A resolução do assunto valia bem as 12 libras que ele pagou para a sua elaboração, registo e expedição⁵⁶.

Nessa altura, o coletor ainda não tenha conseguido o acordo escrito com o bispo eborense sobre a anterior vacatura episcopal. Segundo a informação que tinha apurado, este último permanecia no estrangeiro, enviado ao «príncipe» das Gálias e a outros lugares. Ainda assim, o coletor fixou-se em seguida no Alentejo, aí recebendo os bens do cardeal Albornoz. Os restantes meses de 1370 parecem ser passados entre Lisboa, Santarém e Évora, sendo de destacar os diversos câmbios efetuados com os montantes entretanto recebidos.

Du Mazel deixou para os últimos meses da sua permanência em Portugal a perção das meias-procurações. O itinerário escolhido seguiu a lógica *norte-sul*: encontrou-se em março na cidade bracarense, onde aproveitou por receber as contas dos subcoletores de Braga e de Tui. As

52. *Ib.*, fol. 229r.

53. *Ib.*

54. *Ib.*, fol. 229v.

55. Registra Avenionensia 166, fol. 56rv.

56. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 229v.

mesmas tarefas de recolha das meias-procurações e de audição das contas dos subcoletores atestam-se no mês seguinte nas cidades do Porto e de Coimbra. No dia 11, recebeu o censo devido pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, enquanto nos dias 15 a 18 são recebidas as contas dos subcoletores de Viseu e da Guarda. Feito câmbio desses montantes no dia 21, ainda em Coimbra, é já em Lisboa que ele arrecadou a 30 desse mês as somas provenientes das meias-procurações na diocese lisiponense⁵⁷.

Procedendo a diversos câmbios nos primeiros dias de maio, Du Mazel deixou a cidade de Lisboa a 18 de maio, sendo este o último dia em que pagou o aluguer das casas onde morou e onde juntou os pecúlios da Câmara Apostólica, pela qual pagava anualmente a soma de 70 libras, juntamente com a casa recebida dos bacharéis da sé de Lisboa⁵⁸. Nessa altura, já tinha escolhido como seu «sucessor» Pedro Cavaler, mestre-escola de Lisboa, que nomeou subcoletor no reino de Portugal. Com ele havia percorrido o reino, segundo Du Mazel, para o informar dos «direitos e negócios da Câmara Apostólica». Como seria de esperar, as 800 libras imputadas para esta ação nas suas despesas não foram objeto de aceitação por parte do verificador das suas contas⁵⁹.

Munido de um salvo-conduto do rei de Portugal que lhe custara 10 libras, encontrava-se autorizado a sair do reino com o que tinha recolhido (excetuando os bens objeto de proibição que ele não particulariza)⁶⁰. A saída do reino fez-se pelo Alentejo, em virtude dos direitos que ainda faltava recolher. Em Évora tratou dos assuntos pendentes. No dia 24 desse mês obteve as meias-procurações correspondentes à diocese eborense e, no dia seguinte, foi elaborado o instrumento sobre o acordo com o novo bispo D. Martinho Gil, entretanto chegado ao reino, sobre os montantes reservados à Câmara Apostólica da anterior vacatura, obrigando-se o novo prelado ao pagamento de 4660 libras⁶¹. Procedeu ainda a dois outros câmbios, um em Beja, no dia 28 e o outro, no dia seguinte, em Serpa, prestes a sair de Portugal.

Tratou-se de uma saída à pressa, de forma a beneficiar da proteção concedida por Agapito de Colonna, que então voltava à Curia no final da sua

57. Boissellier, *La construction*, 259.

58. Du Mazel inscreveu nas suas contas a soma de 210 libras correspondentes ao aluguer de 3 anos. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 229v.

59. *Ib.*

60. *Ib.*, fol. 231r.

61. *Arm. C.*, nº 379, 380 (cópia do documento anterior).

legacia ibérica⁶². Por isso, Du Mazel privilegiou o transporte do dinheiro entretanto amealhado, em detrimento da baixela que ele havia recolhido em nome da Câmara e que não conseguira vender, a qual ficara ao cuidado do seu clérigo João Alacris⁶³. Tendo deixado o reino com assuntos por resolver, ordenou em Sevilha o regresso de Simão Peres, presbítero de Lisboa, com a *expedienda* dirigida ao mestre-escola de Lisboa e a outros⁶⁴.

Após uma viagem que não deixou praticamente qualquer traço documental para além de um pedido, efetuado em Toledo, de uma escolta ao rei de Castela durante duas semanas e de um outro, com o mesmo objetivo, ao rei de Aragão, aquando da sua passagem por Valência⁶⁵, Bertrand du Mazel chegou a Avinhão a 12 de setembro, tendo demorado seis meses a proceder à liquidação da sua missão portuguesa⁶⁶.

OS RÉDITOS RECOLHIDOS

Ao longo da sua missão de três e meio anos, Bertrand du Mazel recolheu um conjunto variado de réditos, que ele organizou nas suas contas em oito itens: espólios (*spoliis*), resíduos (*restis et debitis*), anatas (*annatis siue annalibus*), expectativas (*expectantibus*), benefícios vacantes (*fructibus tempore vacantionis beneficiorum*), censos (*censos*), meias-procurações (*mediis procuraciones*) e outros (*diversos*)⁶⁷.

Espólios

Não é uma completa surpresa que ele tenha iniciado a organização das suas contas pelos espólios. Com efeito, o Papa e a Câmara Apostólica tinham vindo a exercer, no reino português, desde algumas décadas a essa parte, o direito de reservar os bens móveis dos seus oficiais e dos prelados falecidos com dívidas às autoridades apostólicas. De tal modo que, na

62. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 231r. A figura deste prelado foi recentemente tratada em Farelo, «Agapito de Colonna», no prelo.

63. O referido João Alacris levou-as posteriormente por mar até Barcelona via Maiorca, aca-bando as mesmas por serem vendidas, por mandato cameral, em Avinhão por Cristóvão Geri, *campiori* dessa cidade. *Collectoriae* 179, fol. 231rv; *Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 231rv.

64. *Ib.*, fol. 231r.

65. *Ib.*, fol. 231v.

66. Glénisson, «Un agent», 103.

67. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 3r.

opinião de Du Mazel, os espólios se haviam transformado, juntamente com as décimas, nos dois réditos mais lucrativos provenientes da coletoria portuguesa⁶⁸. Ora, a sua perceção encontrava-se numa situação periclitante. Não somente a realza tinha sido lesta em sequestrar muitos desses espólios, como a inexistência da contabilidade do coletor Guilherme Piloti impedia uma qualquer visão de conjunto sobre os bens recolhidos. Por isso, o ele não poupou esforços para reverter a situação, o que o levou a proceder à recolha de espólios em praticamente todas as dioceses.

O seu afã passou, em primeiro lugar, por responder aos mandatos apostólicos relativos à perceção dos espólios do antigo coletor Guilherme Piloti⁶⁹ e do bispo de Évora João Gomes⁷⁰. Para além disso, diversos outros espólios foram recolhidos nas dioceses estremenas e beirãs. Em Coimbra, Du Mazel pôde contar com o trabalho dos respetivos subcoletores para recolher os espólios do bispo D. Jorge, dos cônegos Guilherme de Guarrico e João de Cavagnac⁷¹. Na Guarda, os *spolii* abrangidos pela ação cameral foram os bens dos bispos Lourenço Esteves e Gil, assim como do subcoletor Domingos do Vale⁷², ao passo que Du Mazel recolheu igualmente os espólios do subcoletor portuense Martim Egas⁷³. Apesar de aparentemente nunca ter posto os pés no reino do Algarve, o ele conseguiu recolher e vender em benefício da Câmara Apostólica os bens do bispo de Silves, D. Vasco, nos quais se destacava a existência de dois livros⁷⁴.

Resíduos

A reconstituição da contabilidade de Guilherme Piloti foi sobretudo útil para aclarar os resíduos devidos à Câmara. Apontados no *Liber debitorum* segundo a diocese, a mesma lógica foi seguida no manual de coletoria. Contudo, neste último, as informações foram igualmente reorganizadas em função do indivíduo e do tipo de direito. Nessa perspetiva, os pri-

68. Glénisson, «Un agent», 98.

69. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 4v-18r, 65r-6v, Williman, *Bibliothèques*, 62-63, 240-242.

70. *Id.*, fols. 51v-2r, 73rv.

71. *Id.*, fols. 86r-91r.

72. *Id.*, fols. 174r-8r.

73. *Id.*, fols. 110r-2r.

74. *Id.*, fols. 82rv; Williman, *Bibliothèques*, 60, 232.

meiros *resta* diziam respeito a Guilherme Piloti, nomeadamente no que respeitava a recuperação dos empréstimos que este havia consentido. Tais empréstimos foram aferidos por meio de documentos que ficaram à guarda de Du Mazel, que depois os transmitiu ao novo subcoletor Pedro Cavaler, sendo na posse deste último que os mesmos são referidos no seu manual de coletoria. Sendo o empréstimo uma prática pouco conhecida, não era de modo nenhum inédita⁷⁵ e, com ela, o falecido coletor pôde angariar solidariedades nas dioceses de Lisboa e de Braga (Quadro 1).

Não é fácil reconstituir as conjunturas de cada um destes empréstimos, embora pareça claro que Piloti consentiu empréstimos a profissionais ligados a sua vida pessoal (caso do boticário de Lisboa Pedro Peregrini) ou às suas atividades (como os tabeliães Gonçalo Eanes e Lopo Gil, de Lisboa e João Afonso, de Braga). A esse efeito, é de salientar a relação que os oficiais apostólicos tinham com o tabelião olisiponense Lopo Gil, a quem parecem ter frequentemente recorrido para a escrituração de alguma da documentação de que necessitavam⁷⁶. Para além de um seu colega no cabido em Braga de nome Fernando Afonso de Vale, Piloti emprestou dinheiro a nobres bens situados na corte régia como o almirante Lançarote Pessanha⁷⁷ ou o nobre e antigo cónego Gomes Lourenço do Avelar⁷⁸, embora estes não sejam os beneficiários com os empréstimos mais avultados⁷⁹. Trata-se, certamente de captar a benevolência de tais personagens, como lembra a prenda de um *Flos Sanctorum* pertencente ao falecido Guilherme Piloti, que o próprio Du Mazel deu ao conde João Afonso Telo, para que este pudesse estudar durante a sua viagem de barco a Aragão⁸⁰.

Igualmente inscritos nesta seção encontram-se os resíduos dos espólios e das vacaturas diocesanas que haviam sido recolhidos por Guilherme Piloti, como aconteceu após o falecimento de bispo de Viseu D. João e

75. Le Roux, *Servir*, I, 210.

76. *Collectoriae* 116, fols. 143, 148v-9r.

77. Nesta altura, ainda não tinha sido exonerado do cargo, em virtude da sua má prestação aquando da guerra luso-castelhana em 1373 que ditaria o cerco de Lisboa. Viana, «O almirantado», 330.

78. Du Mazel refere a sua passagem do estado clerical ao laical, aliás confirmada por outras fontes, tendo sido posteriormente degredado em 1373. Sobre o mesmo veja-se Farelo, *A oligarquia*, 644-645.

79. Guilherme Piloti consentiu no total empréstimos no valor de 250 libras ao almirante Pessanha e de 100 libras a Gomes Lourenço do Avelar. Os restantes empréstimo registados foram 50 libras a Martinho Rodrigues de Lagos, 200 libras a Domingos de Mungueta, prior de Santiago de Alenquer e 400 libras a Vasco Gonçalves, mercador de *Lisboa da Azóia*. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 18r.

80. Glénisson, «Un agent», 102; Williman, *Bibliothèques*, 241.

dos bispos de Lisboa D. Teobaldo e D. Reginaldo⁸¹. Contudo, foi a resolução do imbróglio criado pela perceção dos resíduos do espólio do bispo olisiponense D. Lourenço, aquela que deixou mais traços documentais. À morte deste último, os bens haviam sido sequestrados pelo rei D. Pedro. Mandatado para proceder à sua perceção, Du Mazel teve de esperar pelo envio de novas cartas de comissão, para substituir aquelas roubadas durante a sua viagem⁸². Para além disso, ele teve que revelar alguma paciência, dado o atraso verificado com a prestação das contas do comissário encarregue de perceção em específico, o tesoureiro de Lisboa Vasco Domingues, por este se encontrar doente durante grande parte do tempo que esteve no reino de Portugal⁸³. Talvez por isso, o coletor conseguiu, em abril desse ano, que o papa ordenasse a entrega dos bens do referido bispo no prazo de dois meses, sob pena de excomunhão. Excluía-se dessa entrega os livros e bens que D. Lourenço detinha a título pessoal ao tempo de sua morte e pertencentes aos seus legítimos herdeiros⁸⁴. Contudo, apesar de D. Pedro ter ordenado a respetiva entrega no seu testamento⁸⁵, o seu sucessor não pôde obedecer, pelo facto de os bens terem sido já delapidados. Mas a Câmara apostólica não desarmou⁸⁶. Perante a situação, D. Fernando foi obrigado a saldar a dívida de seu pai, ordenando a 18 de maio de 1370, que as autoridades camerais recebessem a soma anual de 4200 libras sobre as rendas da vila de Sintra – e da alfândega de Lisboa, caso as primeiras não fossem suficientes – até à extinção da dívida⁸⁷. Este montante só viria a ser saldado após a sua saída, como se depreende da prova de pagamento que lhe foi endereçada por Pedro Cavaler⁸⁸. Apesar de tudo, durante a sua presença em Portugal, Du Mazel conseguiu recolher os objetos do bispo que haviam sido depositados por Afonso Martins, prior de Porto de Mós, numa caixa na sacristia da Sé de Lisboa à guarda dos cônegos João Fogaça e Elias Cavaleiro e, três meses mais tarde, a soma de 123 libras provenientes do espólio recolhido pelo comissário Vasco Domingues⁸⁹.

81. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 23v-24r, 196r-8r.

82. *Registra Avenionensia* 166, fol. 50rv.

83. *Ib.*, fols. 54r, 55r.

84. *Ib.*, fol. 38v-9r e Glénisson, «Un agent 99. Sobre os livros deste prelado, recolhidos a título de espólio, veja-se Williman», *Bibliothèques*, 219-221.

85. Esse ato de contrição, referido por Du Mazel, encontra-se de facto no único testamento que conhecemos no referido monarca. Sousa, *Provas*, 1-2: 408.

86. *Registra Avenionensia* 166, fol. 38r.

87. *Ib.*, fols. 42rv, 57 rv; Linehan, *Portugalia*, 1: 719, nº 1221.

88. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 22v.

89. *Ib.*, fols. 21rv.

A reconstituição da contabilidade de Guilherme Piloti permitiu ainda ao coletor identificar alguns rendimentos das vacaturas episcopais da diocese de Lisboa que tinham ficado por recolher. Tratavam-se sobretudo de uma dezena de arrendamentos de terras de igrejas, para além dos emolumentos do selo episcopal e do arrendamento das miúças do castelo de Alenquer no tempo do bispo D. Lourenço (1359-1364)⁹⁰. Sendo os *resta* mais antigos atribuíveis ao bispo de D. Teobaldo, prova-se que a perceção de tais vacaturas assumiram os contornos, para a Câmara Apostólica, de um longo processo que decorria há cerca de trinta anos.

O apartado *resta* terminou com os resíduos de anatas devidas pela colação de benefícios no pontificado por Inocêncio VI na diocese de Lisboa⁹¹.

Anatas

Em terceiro lugar, Du Mazel registou os pagamentos das anatas, ou seja o rendimento do primeiro ano dos benefícios reservados por autoridade apostólica⁹². Face às crescentes despesas incorridas pela Santa Sé, Urbano V ordenou em 28 agosto 1368, com o consentimento de «certos arcebispos e bispos em Castela e Leão e noutros reinos ibéricos», a reserva dos rendimentos de benefícios eclesiásticos com cura ou sem de alma, em vacatura na Cúria⁹³. O papa voltou ao assunto no ano seguinte. No dia 1 de junho 1369, Urbano V ordenou a reserva, durante um ano, de todos os rendimentos do primeiro ano de todos os benefícios eclesiásticos com cura ou sem cura de almas, isentos e não isentos⁹⁴. Face a tais reservas anuais, Du Mazel decidiu avaliar a sua perceção em Portugal desde o acesso à cátedra de São Pedro de Urbano V. Desde logo, procedeu à recolha, nas casas de morada do falecido Guilherme Piloti e em diversos locais, da taxa dos bens colados durante os primeiros cinco primeiros anos do seu pontificado. Contudo, como Guilherme Piloti não deixou livros de receita, o coletor não podia saber quais os benefícios que o falecido coletor havia colado e havia recebido dinheiro em nome da Câmara Apostólica. Para além do mais, existiam benefícios no reino de Portugal que

90. *Ib.*, fols. 22r.

91. Foram ainda registados nesse apartado 3 assentos dos benefícios colados por Inocêncio VI na cidade e diocese de Coimbra, entretanto riscados (*Ib.*, fol. 91v).

92. Samaran e Mollat, *Fiscalité*, 72; Kirsch, «Comptes», 67.

93. Registra Avenionensia 166, fols. 34v-5r.

94. *Ib.*, fols. 40r-1r.

eram taxados em moeda portuguesa e como os coletores e subcoletores tinham a liberdade de receber, na moeda da Câmara Apostólica, o que mais valesse entre a totalidade da taxa ou o seu resíduo, permaneciam as dúvidas sobre os montantes recolhidos. Por isso, Du Mazel desencadeou um importante processo de apuramento das informações em cada uma das dioceses, que o próprio consignou nas contas do seu manual (Coll. 179/*Arm.* XXXIII, t. 18): para Lisboa (fl. 26-36); para Évora (70-71v, 74-74v); para Silves (fl. 83-85); para Coimbra (fl. 88-89v, 92-98); para o Porto (fl. 112-115v); para Braga (fl. 132-137); para Guarda (fl. 179-181); para Viseu (fl. 198v- 200).

Expectativas

Du Mazel demonstrou, neste caso específico, todo o zelo que colocava nas suas funções. Assim, para além de reconstituir os pagamentos das anatas pagas até à altura, ou seja, durante os seis anos do pontificado de Urbano V, ele recolheu as anatas correspondentes ao ano seguinte, que ele anotou nas suas contas sob a forma de *expectativas*, as quais haviam sido reservadas pelo referido pontífice durante um triénio. Foram três os benefícios envolvidos, todos eles não-taxados, o que levou à perceção da metade dos frutos do primeiro ano a título de anata: Fernando Fernandes, cónego de Évora, pagou em 11 de agosto de 1370, 61 libras pela sua prebenda; Martinho Lopes, cónego de Lisboa, pagou a 28 de dezembro desse mesmo ano, 160 libras pela sua e Domingos Peres, cónego e arcediogo de Lisboa, procedeu ao pagamento de 180 libras referentes à sua prebenda olisiponense. No caso de Coimbra, a recolha dessas expectativas foi atribuída ao subcoletor Pedro Gaucelmo, que recebeu de Gonçalo Peres, cónego e arcediogo de Penela, 67 libras respeitantes a metade dos frutos de um ano da sua prebenda, uma vez que a mesma não se encontrava taxada⁹⁵.

Vacantes

Em paralelo com as anatas, Du Mazel teve de recolher o produto das vacaturas beneficiais que tinham sido objeto de reserva pontifícia. Este foi um assunto que inspirou algum cuidado às autoridades apostólicas, dado

95. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fols. 35r, 75r, 89v.

que, ainda na Cúria, foi intimado a contar e a avaliar o que cabia à Câmara Apostólica dos bens colados e confirmados na coletoria portuguesa⁹⁶.

As suas contas registam dois tipos de *vacantes*. Desde logo, foi neste apartado que ele consignou os resultados da coleta dos rendimentos das vacaturas das dioceses de Viseu e de Évora. Com uma diferença marcante. Enquanto a vacatura viseense por óbito do bispo D. João mereceu um registo global, referente às 1787 libras recebidos por Pedro Miguéis, «subcoletor em Viseu dos frutos do bispado em vacatura», de Aria Martins, procurador e recebedor dos frutos do referido bispado, as contas da vacatura de Évora surgem bastante detalhadas. Este grau de detalhe deve-se ao facto de Du Mazel ter descriminado no seu manual de coletoria, as contas dos três cônegos de Évora que ficaram responsáveis por esse perceção em nome do cabido, a saber João de Évora e Vasco Rodrigues Façanha, procuradores e recebedores dos «frutos, réditos e proventos» do «bispado em vacatura», assim como de Guilherme de Crégols, detentor do selo episcopal⁹⁷.

Para além das vacaturas episcopais, este apartado serviu para registar os rendimentos gerados pela vacatura dos benefícios menores detidos no reino pelo Cardeal Gil de Albornoz (arcediago e prebenda no cabido de Lisboa, o priorado de S. João de Évora, o mestre-escolado de Coimbra e a igreja de Santiago de Murça), assim como o chantrado de Lisboa que fôra de Guilherme Piloti e o priorado e uma razão na igreja de Santo André de Lisboa⁹⁸.

Censos

A presença do coletor no reino constituiu uma boa oportunidade para as instituições regulares que se encontravam sobre a proteção direta da Santa Sé – essencialmente alguns dos mosteiros de cônegos regrentes – de pagarem o censo que se encontrava adscrito a essa proteção. A geografia destes institutos restringiu-se às dioceses de Coimbra e do Porto, pelo

96. Registra Avenionensia 166, fol. 33v.

97. O processo de perceção decorreu pouco depois do término dos 132 dias que havia durado a referida vacatura, desde o dia 10 de março de 1368 em que faleceu D. João Gomes até às vésperas de Sta. Margarida (19 de julho), dia em que foi provido o seu sucessor D. Martinho Gil e respeitava sobretudo os réditos da cidade de Évora, pertencentes à mesa episcopal, que haviam sido arrendados em 1367. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 62r-3r, 64rv, 67r-8r.

98. *Ib.*, fols. 25v, 35v, 89v, 131r.

que os pagamentos foram quase todos efetuados ao próprio Du Mazel aquando dos seus períolos nortenhos. Dos censos anteriores, o coletor registou somente a informação, proveniente nas contas do subcoletor conimbricense Pedro Gaucelmo, do pagamento efetuado em 1366 pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Na altura, o prior pagara 32 libras referentes a 8 anos de censo, à razão de 2 «dinheiros de ouro chamados bizâncios». Certamente pelo arqueísmo da moeda utilizada, o clérigo apostólico que verificou as contas de Du Mazel viu-se obrigado a recorrer em margem a uma conversão: «cada bizâncio vale 9 torneses grossos de prata»⁹⁹.

É provável que Santa Cruz tivesse efetuado um outro pagamento em 1368, uma vez que em Março de 1371, o censo pago pelo prior D. Afonso correspondeu ao censo de três anos (o ano de 1371 incluído). Mantendo-se a taxa dos dois bizâncios, a conversão foi agora calculada em florins e libras (1 bizâncio = 1 florim de Florença = 15 libras da moeda portuguesa), para um total de 90 libras¹⁰⁰.

O triénio pago pelos crúzios correspondeu *grosso modo* aos períodos de tempo das entregas realizadas pelos outros mosteiros: censo de 4 anos pago por Afonso Gonçalves, prior de S. Jorge de Coimbra; censo de 3 anos pago por Garcia Gonçalves, prior do mosteiro de Arganil e censo de 5 anos pagou por Gonçalo Peres, prior de Grijó. Sem exceção, todos eles tiveram que satisfazer o pagamento de dois «dinheiros de ouro». Contudo, estes eram agora apelidados de «morabitanos» e valiam as mesmas 15 libras portuguesas, equivalentes a um florim de Câmara menos 13 pequenos torneses. Assim, Du Mazel recebeu, respetivamente, 120 libras do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, 90 libras do de Arganil e 150 libras do mosteiro de Grijó, na diocese portuense¹⁰¹.

Meias-procurações

Urbano V recorreu ainda a um outro expediente para angariar recursos e assim fazer face às despesas e necessidades da Sé Apostólica na Itália, através da reserva de uma taxa cobrada pelo prelado aquando da visitação à sua circunscrição, as chamadas procurações. Apoiando-se na constituição *Vas electionis* proclamada pelo seu antecessor Bento XII, o papa reservou, no dia 1 de junho de 1369, a metade das procurações devidas a

99. *Ib.*, fol. 99r.

100. *Ib.*

101. *Ib.*

todos os arcebispos e bispos em todos os reinos onde existissem coletores apostólicos, a pagar por altura do Natal. A reserva do pagamento destas meias-procurações tinha a duração de dois anos¹⁰². O coletor demorou algum tempo a executar o mandato apostólico. Em parte porque só o recebeu no final do ano, em parte porque entretanto o pontífice havia onerado a Igreja de Portugal com a reserva de uma outra meia-procuração, paga pelos arcebispos e bispos «que visitassem». Certamente para dissipar alguma dúvida e para diminuir a carga fiscal do corpo clerical, Urbano V informou Du Mazel, em novembro de 1370, de que os arcebispos, bispos, abades, arcediagos, arquipresbíteros e outros prelados que visitassem por si ou por outrém, estavam doravante impedidos de solicitar mais alguma procuração¹⁰³.

O desempenho desta missão levou-o a um segundo périplo pelo reino e à recolha das meias-procurações em todas as dioceses, com a exceção da diocese de Lamego. Aí, as movimentações militares portuguesas e castelhanas inviabilizaram qualquer tentativa de perceção durante todo o período¹⁰⁴.

Para perceber quais os institutos eclesiásticos abrangidos por essa perceção, Du Mazel recorreu à listagem de igrejas que tinha servido para a recolha da décima em 1320-1321, como se percebe do registo feito pelo próprio, hoje facilmente acessível pela edição crítica efetuada por Stéphane Boissellier¹⁰⁵. Com grande probabilidade, foi no decurso dessa perceção que ele efetuou a «taxação dos benefícios do reino», tarefa que lhe foi incumbida pelos seus superiores e à qual ele imputou o custo de 18 libras relativo à transcrição da lista então existente dos «nomes dos benefícios e taxa dos mesmos no reino de Portugal»¹⁰⁶.

Diversos

Apesar deste apartado se encontrar «vazio» no seu manual de coletoria, o coletor teve ainda que prover a diversos assuntos de natureza fiscal na arquidiocese de Braga. A notícia de um deles foi-lhe trazida de Avinhão,

102. Registra Avenionensia 166, fol. 37rv; Boissellier, *La construction*, 259.

103. Registra Avenionensia 166, fol. 43r-44r.

104. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fols.209r. Por essa razão, o papa ordenou posteriormente ao bispo lamecense que lhe enviasse o inventário das igrejas que pagaram as meias-procurações durante os dois anos que ele as havia reservado, que hoje se conserva em *Instrumenta Miscellanea*, nº 2848.

105. Boissellier, *La construction*, 253-323.

106. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 230r.

em novembro de 1369, pelo seu familiar Raimundo Fabri e reportava-se a uma bula que Urbano V lhe tinha endereçado em fevereiro desse mesmo ano. Nela, o pontífice ordenava-lhe a perção durante um biénio de uma sexagésima parte de todos os rendimentos adscritos a qualquer benefício beneditino e cisterciense na cidade, diocese e província de Braga, destinados à reedificação ou reparação da igreja e mosteiro de Monte Cassino¹⁰⁷. Pela falta de informações, desconhece-se se Du Mazel chegou a recolher alguns desses réditos ou se foi vencido pela resistência do clero bracarense. Com efeito, as relações entre ele e este último não seriam as melhores, sobretudo face às dívidas que ele pudera apurar do então arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac (dois empréstimos feito à Câmara apostólica e uma composição que ele fizera sobre os bens do seu irmão D. Bertrando, bispo de Montalban)¹⁰⁸.

Para além das dívidas de D. João de Cardaillac e da reconstituição da contabilidade de Guilehrme Piloti, o outro assunto consignado no *Liber debitorum* respeitou as somas devidas a título dos serviços comuns por diversos prelados da diocese de Braga¹⁰⁹. Sobre este tema específico, Du Mazel havia recebido, no próprio dia em que saiu de Avinhão, uma lista com a identificação de todos os prelados ibéricos que haviam falhado o referido pagamento, montantes que ascendiam no total a 11035 florins. Essa relação era encabeçada pelo arcebispo de Braga D. João de Cardaillac, com uma dívida de 5850 florins, dela fazendo igualmente parte o abade de S. Salvador de Fonte Arcada (230 florins)¹¹⁰. Sendo estes os valores que foram lançados no referido *Liber debitorum*¹¹¹, um assento à margem do *Reg. Aven.* 166, informava que, segundo os dados disponíveis na Cúria, esta última soma reportava-se a uma promessa, ainda por pagar, feita em fevereiro de 1347 pelo abade Estêvão¹¹². É provável que da lista fizesse inicialmente parte a dívida de 200 florins devidos pelos serviços comuns de Gonçalo Peres, prior de S. Salvador de Grijó, uma vez que Du Mazel foi informado pelo camarlengo, por letra de 27 de julho de 1369, que o mesmo havia procedido ao pagamento nessa soma na Cúria¹¹³.

107. Registra Avenionensia 166, fol. 41.

108. Registra Avenionensia 166, fols. 68r-75r; Collectoriae 116, fol. 141r, 147v, com resumo dos factos principais desta questão em Glénisson, «Un agent», 99-100.

109. *Ib.*

110. Collectoriae 353, fols. 99r-101v; Registra Avenionensia 166, fol. 31r-2r; Williman, *Calendar*, 264-265, n° 472.

111. Collectoriae 116, fol. 141v.

112. Somente em Registra Avenionensia 166, fol. 32.

113. Registra Avenionensia 166, fol. 41v; Collectoriae 353, fol. 254v; Williman, *Calendar*, 393-394, n° 766.

A gestão dos montantes recolhidos

O trabalho dos coletores apostólicos não terminava com a percepção dos diversos réditos, pois a tomada de posse dos mesmos originava três grandes questões que cada um tinha normalmente que prover: a diversidade das moedas com as quais os diversos devedores haviam satisfeito os respectivos pagamentos, a abrangência geográfica destes últimos e a necessidade de transportar as somas recolhidas à Cúria ou onde esta indicasse.

O câmbio das espécies recolhidas

A multiplicidade dos pagamentos que lhe foram efetuados obrigou Du Mazel a efetuar câmbios periódicos, no sentido de converter a moeda de conta portuguesa em moeda de ouro estrangeira, de maior valor. Até 1370, a preferência do coletor centrou-se na compra de dobras mouriscas e castelhanas, sendo que as duas operações financeiras feitas com um mercador genovês, em outubro de 1368 e em janeiro de 1370, permitiu-lhe estender a compra de moeda a outras espécies monetárias como os *mutones*, os escudos, os francos e os florins (ver Quadro 2). Assistiu-te, no entanto, a uma mudança de estratégia nos últimos dois meses da sua permanência, devido ao estabelecimento de uma proibição régia sobre o câmbio de ouro e prata. Doravante, ele teve de cambiar em segredo, trocando por atacado moedas de diversos valores, cunhos e formas em 29 marcos de ouro¹¹⁴. O risco compensou, uma vez que ele obteve taxas de câmbio cada vez mais favoráveis (Quadro 1, *in fine*).

Em paralelo, ele teve de lidar com problemas específicos, dos quais se destaca o caso da moeda que D. Fernando tinha mandado cunhar em La Coruña, em Zamora e em outros locais durante a Primeira Guerra fernandina (1369-1370). Tendo ele recolhido réditos nessa moeda e tendo sido proibida a sua circulação por D. Fernando após a concórdia estabelecida com o rei de Castela (tratado de Alcoutim a 31 de março de 1371), Du Mazel viu-se forçado a convertê-la na casa da moeda do rei. Recebeu por essa operação a soma de 360 libras, à razão de uma para quatro¹¹⁵.

114. Glénisson, «Un agent», 102.

115. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 230v. Sobre esta moeda, veja-se Centeno, «A torre», 467-479.

A concentração dos montantes recolhidos

Recolhidas em praticamente todas as dioceses do reino por diversas vias – através dos subcoletores diocesanos, dos seus familiares enviados *ad hoc* ou dos pagamentos que lhe eram feitos diretamente – Du Mazel procurou concentrar fisicamente as espécies monetárias a enviar à Curia nas suas casas de morada em Lisboa¹¹⁶. Assim, por exemplo, durante o seu primeiro périplo no norte, gastou 6 libras no envio do Porto a Lisboa das 300 libras que havia recebido do subcoletor portuense¹¹⁷. No total, segundo as suas contas, ele despendeu 110 libras no transporte a Lisboa dos réditos provenientes de Braga, Porto, Coimbra e outros locais¹¹⁸. Tais custos compreendem-se à luz, não somente da importância da centralidade de Lisboa, mas também de uma estratégia com um duplo benefício: não somente limitava a possibilidade de assalto, pela diminuição do tempo em que as espécies monetárias ficaram na sua posse ao longo das suas deambulações, como também restringia os encargos com a guarda das espécies ao seu transporte e conservação em Lisboa. O que explica que tenha sido em Lisboa que se tenham efetuado as duas operações financeiras com vista ao transporte das espécies à Cúria.

O transporte dos réditos para a Cúria

Esta questão era particularmente importante, pois o objetivo principal da missão era que as espécies recolhidas chegassem à Cúria ou onde ordenasse o Papa. Durante a sua missão portuguesa, Du Mazel não parece ter recebido ordens particulares dos seus superiores, pelo que as somas recolhidas deveriam ser enviadas à Cúria.

Quando ele chegou a Lisboa, havia cerca de uma década que se tinha consolidado a prática de enviar à Cúria as somas provenientes da coletoria portuguesa via Génova ou, mais esparsamente, via Montpellier, através de um circuito que havia implantado o bispo de Lisboa D. Teobaldo de Castillon¹¹⁹. Ora, o papa havia ordenado, em agosto de 1368, que tais somas fossem recolhidas durante um biénio pela sociedade florentina *Alberti*

116. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 229v.

117. *Ib.*, fol. 228r.

118. *Ib.*, fol. 230r.

119. Renouard, *Les relations*, 241-245.

*Antichi*¹²⁰, o que não deixava de constituir uma cesura com a prática até então estabelecida para o caso português e uma dor de cabeça para o coletor. Impossibilitado de obedecer ao mandado apostólico pela inexistência de representantes dessa sociedade em Portugal, como ele próprio informara os seus superiores ainda em Aragão e reafirmara uma vez chegado ao reino português, a sua escolha recaiu por continuar a prática de enviar o produto da coletoria portuguesa pela via genovesa. Para isso, estabeleceu contatos com Qualico Doria (*Qualico de Auria*), designado de mercador genovês, morador em Lisboa e, muito provavelmente, membro da importante família genovesa desse nome com interesses no governo da cidade de Génova e na atividade comercial com o Ocidente¹²¹. Du Mazel entregou-lhe, no dia 30 de outubro de 1368, uma soma de moedas que foram avaliadas em 3000 florins¹²², tendo o respetivo instrumento de câmbio sido elaborado pelo tabelião olisiponense Gonçalo Eanes, ao custo de 1 dobras castelhana¹²³. O transporte das espécies foi acompanhado pelo seu familiar Raimundo Fabri, que enviou à Curia na posse de cartas régias e dos inventários dos bens de Guilherme Piloti e do bispo de Évora. Os referidos florins entrarão na contabilidade apostólica quase meio-ano depois, através dos feitores e sócios do referido Qualico Doria¹²⁴.

Tendo recebido uma nova carta do camarlengo Arnaud Aubert para que continuasse a efetuar os pagamentos com os agentes da companhia dos *Alberti Antichi* – presumivelmente aquela missiva de 29 de maio de 1369 que ele consignou no seu registo – Du Mazel respondeu-lhe por carta do dia 20 de outubro do ano seguinte. Nela, reafirmou a inexistência em Lisboa e no reino de qualquer agente dessa sociedade e da necessidade de cambiar com mercadores de Génova, por nenhum mercador se aventurar a vir ao reino pela guerra que havia começado entre Portugal e Castela. Para além disso, sublinhou igualmente que muitos mercadores portugueses pretendiam então fugir do reino, pelo que os câmbios solicitados haviam aumentado de três para um para quatro e meio por um¹²⁵.

Em janeiro de 1370, Du Mazel voltou a efetuar novo contrato com Quilico Doria, desta feita no valor de 6000 libras da moeda portuguesa

120. *Id.*, 625; Williman, *Calendar*, 273, n° 488.

121. É provável que este mercador tenha permanecido ainda várias décadas ligas à atividade comercial, se fôr ele o *Qualico Doria* ligado a um dos ataques do pirata *Sologrus* de Nigro, no finais do século XIV. Ver Tai, «Restitution».

122. Registra Avenionensia 166, fols. 51rv, 54v.

123. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 227v.

124. *Ib.*, fol. 224v.

125. Registra Avenionensia 166, fol. 55v; Glénisson, «Un agent», 100-101.

em 2500 florins *sententie*. O instrumento de câmbio, redigido pelo tabelião olisiponense João Rodrigues com o custo de 5 libras¹²⁶, previa que o mesmo tinha de ser apresentado em Génova até 40 dias depois da sua emissão em Lisboa. Especificava-se ainda que os montantes deveriam ser restituídos, em Roma ou onde estivesse o papa, à Câmara Apostólica ou ao tesoureiro apostólico, no espaço de 5 dias após a receção da letra de câmbio em Génova, nas casas onde morava Francisco de Vivaldis¹²⁷. Quilico Doria estaria assim em relação com um outro membro da elite genovesa e um dos homens mais ricos da cidade, caso se confirme a identificação deste último com o homónimo que deixou, no ano seguinte, nove mil libras em favor da cidade genovesa¹²⁸.

Uma vez mais, o trajeto das espécies monetárias é feito por Raimundo Fabri, que recebeu na ocasião a soma de 15 florins *sententie* para cobrir as suas despesas¹²⁹. Não é improvável que *Qualico* Doria tivesse acompanhado as espécies cambiadas nesta viagem à Génova, dado que Du Mazel di-lo fora de Portugal, na carta que enviou a 17 de março [1370] ao camarlengo¹³⁰. A entrega dos 2500 florins à Câmara Apostólica acabou por se realizar em Viterbo, no dia 8 de agosto desse ano, bastante mais tarde do que o prazo originalmente estabelecido¹³¹.

Foi esta a última transferência efetuada pelo coletor com recurso aos mercadores genoveses. A partir de janeiro de 1370, ele preferiu acumular os montantes recolhidos, porventura pela dificuldade em conseguir proceder aos referidos câmbios – ninguém queria cambiar, confia ele em carta do mês de março seguinte¹³². Tais pecúlios acabaram por ser transportados pelo próprio Du Mazel na sua viagem de volta à Cúria no ano seguinte. Durante a sua permanência na Cúria, procedeu a novas entregas de numérico à Câmara Apostólica provenientes da sua missão portuguesa: no dia 13 de setembro, pouco tempo depois de ter chegado, os 28 marcos de ouro, 659 dobras castelhanas e 231 dobras mouriscas que ela trouxera de Portugal. Seis meses mais tarde são entregues 650 de florins de *camera*, pouco tempo antes da submissão das suas contas à verificação cameral e à emissão da respetiva quitação pelo camarlengo, em 12 de janeiro de 1373¹³³.

126. *Ib.*

127. Registra Avenionensia 166, fol. 55v.

128. Molho, *Firenze*, 1:79.

129. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 229v.

130. Registra Avenionensia 166, fol. 58rv.

131. *Collectoriae* 179/*Arm.* XXXIII, t. 18, fol. 224v.

132. Glénisson, «Un agent», 101.

133. Num total de 2700 florins de Avinhão, uma soma bastante inferior ao seu próprio salário, calculado em 3978 florins. *Id.*, 103-104.

CONCLUSÕES

A missão de Bertrand du Mazel em Portugal foi particularmente difícil. Difícil porque teve que proceder à reconstituição da contabilidade da coletoria portuguesa, porque foi obrigado a recolher um conjunto variado de direitos em nome da Câmara Apostólica e porque a sua missão se desenrolou no âmbito de uma conjuntura de profunda instabilidade política e militar que afetava os reinos de Portugal e de Castela. Apesar das dificuldades, Du Mazel soube levar a água ao seu moinho e adaptar-se às circunstâncias. Apoiando-se na rede de subcoletores instalada pelo antigo coletor Guilherme Piloti, conseguiu recolher as meias-procurações, anatas, censos e recuperar a contabilidade deste último. Em alguns casos, conseguiu mesmo proceder à recolha de espólios e vacaturas episcopais em dívida desde os meados da centúria, vencendo por vezes a oposição do clero local, como no caso de Braga. Obteve de D. Fernando a devolução do valor equivalente aos espólios do bispo de Lisboa D. Lourenço que haviam sido alienados por D. Pedro I. Face à necessidade de vender trigo proveniente da vacatura episcopal de Évora, conseguiu evitar que este fosse alienado em nome do monarca, ao fazer com que o cereal fosse comprado pelo próprio D. Fernando. Explorou, enquanto pôde, as solidariedades mantidas com a comunidade de mercadores genoveses estantes em Lisboa.

Beneficiou do trabalho de dois familiares que carregaram as suas ordens e procederam, também eles, a diversas recolhas de numerário e respetivo transporte. Como os seus antecessores, centrou a sua atividade em Lisboa. Face à necessidade de proceder à recolha geral das meias-procurações e a tomada das contas dos subcoletores, escolheu percorrer por duas vezes o litoral norte até Braga. Para sul, não parece ter passado de Beja.

Para além de drenar do reino vários milhares de libras em taxas devidas à Câmara Apostólica, Du Mazel reativou uma coletoria que doravante dispunha de uma *lista de taxação* dos benefícios eclesiásticos atualizada, liderada doravante por um subcoletor geral que, a breve trecho, se tornaria o novo coletor apostólico do reino e que, embora francês de origem, conhecia bens os meandros de poder no reino¹³⁴.

134. A necessidade do novo coletor ser «francês», pela sua maior competência do que um autóctone, é expressa por Du Mazel ao camarlengo em carta de novembro 1368 (Glénisson, «Un agent», 98). Encontram-se detalhes da biografia de Pedro Cavaler em Farelo, «Les clerics», 138.

QUADRO I

Lista de câmbios efetuados por Bertrand du Mazel em Portugal (1368-1371)

Moeda trocada	Data	Local	Quantidade de moeda	Taxa (moeda = moeda portuguesa)	Resultado em moeda de conta	Fonte
Dobra mourisca	1368.10.30	Lisboa	303	1 = 3 lib. 14 s.	1121 lib. 2 s.	Coll. 179, fol. 220rv, 221v-2r
	1370.1.5	Lisboa	400	1 = 5 lib. 17 s.	585 lib. 8 s. 4 d.	
	1370.9.9	[Lisboa]	80	1 = 15 lib.	1200 lib.	
	1370.10.10	Santarém	46	1 = 14 lib. 10 s.	667 lib.	
	1370.12.8	Évora	105	1 = 18 lib.	1890 lib.	
Meias dobras mouriscas	1368.10.30	Lisboa	91	1 = 37 s.	168 lib. 7 s.	Coll. 179, fol. 220r
Dobras castelhanas	1368.10.30	Lisboa	669	1 = 3 lib. 14 s.	2475 lib. 6 s.	Coll. 179, fl. 220rv, 221v
	1370.1.5	Lisboa	200	1 = 5 lib. 17 s.	1170 lib. 16 s. 8 d.	
	1370.9.7	Lisboa	85	1 = 15 lib.	1276 lib.	
	1370.9.11	Lisboa	50	1 = 14 lib. 10 s.	725 lib.	
	1370.10.28	Lisboa	100	1 = 17 lib.	1700 lib.	
	1370.11.21	Évora	70	1 = 17 lib.	1190 lib.	
	1370.12.27	Lisboa	54	1 = 18 lib.	972 lib.	
Mutones	1368.10.30	Lisboa	136	1 = 3 lib. 15 s.	510 lib.	Coll. 179, fol. 220rv
	1370.1.5	Lisboa	100	1 = 6 lib.	600 lib.	
Florins de Florença	1368.10.30	Lisboa	100	1 = 3 lib.	300 lib.	Coll. 179, fol. 220r
Escudos	1370.1.5	Lisboa	8	1 = 5 lib. 17 s.	46 lib. 16 s.	Coll. 179, fol. 220v, 221v
	1370.11.26	Évora	60	1 = 17 lib.	1020 lib.	
Francos	1370.1.5	Lisboa	6	1 = 5 lib.	30 lib.	Coll. 179, fol. 220v
Marcos de ouro de diversas peças, cunho e formas	1371.3.27	Braga	3	1 = 1000 lib.	3000 lib.	Coll. 179, fol. 222v-3r
	1371.4.1	Porto	4	1 = 1000 lib.	3000 lib.	
	1371.4.11	Arneiro (d. Coimbra)	2	1 = 950 lib.	1900 lib.	
	1371.4.18	Coimbra	3	1 = 1000 lib.	3000 lib.	
	1371.4.21	Coimbra	4	1 = 980 lib.	3920 lib.	
	1371.5.1	Lisboa	2	1 = 970 lib.	1940 lib.	
	1371.5.4	Lisboa	1	1 = 950 lib.	950 lib.	
	1371.5.6	Lisboa	5	1 = 950 lib.	4750 lib.	
	1371.5.19	Évora	1,5	{1 = 900 lib.}	1350 lib.	
	1371.5.28	Beja (d. Évora)	2	{1 = 900 lib.}	1800 lib.	
	1371.5.29	Serpa	1,5	{1 = 900 lib.}	1350 lib.	

QUADRO 2

Itinerário de Bertrand du Mazel (BM) durante a sua missão a Portugal (1368-1371)

Data	Local	Objetivo	Fonte
1368.1.24	Roma	Saída de Roma	Coll. 179, fol. 3r
1368.5.5	Barcelona	O coletor aragonês apresenta bula a BM	Reg. Aven. 166, fol. 30r
1368.5.10	Barcelona	BM escreveu ao vigário do bispo de Lisboa e deu comissão ao coletor em Aragão	Coll. 179, fl. 226r; Reg. Aven. 166, fl. 31r-2r
1368.5.14	Barcelona	Deslocação a Valência e a Maiorca para obter navio para viajar para Portugal	Coll. 179, fol. 226r
1368.6.13	Bayonne	BM embarcou para o reino de Portugal	<i>Ibid.</i>
1368.6.30	La Corunha	BM foi assaltado	Coll. 179, fol. 233r
1368.7.	Santiago	BM comprou um cavalo	<i>Ibid.</i>
1368.8.1	Lisboa	Chegada da comitiva	Coll. 179, fol. 3r
1368.8.12	Lisboa	BM enviou o seu familiar Raimundo Fabri a Braga e outro locais	Coll. 179, fol. 226v
1368.8.14	Lisboa	BM enviou carta ao camareiro do papa	Reg. Aven. 166, fol. 50rv
1368.8.16	Lisboa	BM recebe os bens do falecido Guilherme Piloti	Coll. 179, fol. 4-6v, 11v-15v
1368.9.8	Lisboa	BM partiu para Évora	Coll. 179, fol. 226v
1368.9.11	Évora	BM enviou um seu familiar a Beja	Coll. 179, fol. 227r
1368.9.22	Évora	BM recebe conto de João de Évora	Coll. 179, fol. 62r
1368.9.23	Évora	BM enviou um seu familiar a Elvas	Coll. 179, fol. 227r
1368.10.7	Évora	BM fez transportar de Évora a Lisboa uma quantidade de dinheiro	<i>Ibid.</i>
1368.10.20	Lisboa	BM enviou a Évora um seu familiar	<i>Ibid.</i>
1368.10.30	Lisboa	BM faz câmbio com Quilico Doria	Coll. 179, fol. 220, 227v
1368.10.31	Lisboa	BM envia carta ao papa e ao emperador	Reg. Aven. 166, fol. 52r
1368.11.3	Lisboa	BM envia carta ao tesoureiro e camarlengo apostólicos	Reg. Aven. 166, fol. 54v
1368.12.9	Porto	BM enviou a Lisboa 300 libras	Coll. 179, fol. 228r
1368.12.15	Braga	BM enviou um seu familiar às cidades de Tui e Ourense	<i>Ibid.</i>
1368.12.18	Braga	BM enviou um seu familiar ao coletor castelhano	<i>Ibid.</i>
1369.1.7	Braga	BM recebeu uma carta do camarário apostólico	Reg. Vat. 166, fl. 33r-4r
1369.1.19	Braga	BM deu comissão ao coletor de Castela	Reg. Aven. 166, fol. 31-32
1369.1.25	Braga	BM enviou um seu familiar a Coimbra	Coll. 179, fol. 228r
1369.2.14		BM enviou um familiar a Évora	Coll. 179, fol. 228v
1369.4.18		BM recebeu 80 libras de um empréstimo	Coll. 179, fol. 18r
1369.8.25		BM recebe conto de Vasco Rodrigues Façanha	Coll. 179, fol. 64r
1369.9.23	[Évora?]	BM recebe conto de Guilherme de Crégols	Coll. 179, fol. 63v
1369.10.8		BM recebeu dinheiros relativos à vacatura dos benefícios do cardeal Gil de Albornoz	Coll. 179, fol. 35v
1369.10.20	Lisboa	BM envia carta ao camarlengo	Reg. Aven. 166, fol. 55v
1369.11.19	Lisboa	BM recebeu cartas do papa	Coll. 179, fol. 229r; Reg. Aven. 166, fol. 36v

1369.12.5		BM fez composição com Afonso Eanes	Coll. 179, fol. 36
1370.1.10	Lisboa	BM faz câmbio com Quilico Doria	Coll. 179, fols. 220v, 229v
1370.1.11	[Lisboa]	BM fez contas com o preboste de Sto. André de Lisboa	Coll. 179, fol. 36r
1370.2.11	Lisboa	Pedro Cavaler recebe rendimentos de benefícios	Coll. 179, fol. 17rv
1370.2.12	Lisboa	Pedro Cavaler fez contas com Vasco Eanes	Coll. 179, fol. 17v
1370.3.17	Lisboa	BM envia carta ao camarlengo apostólico	Reg. Aven. 166, fol. 58rv
1370.3.18		D. Fernando permitiu a restituição dos bens de D. Lourenço	Coll. 179, fol. 229v
1370.3.23	Lisboa	BM envia carta ao camarlengo apostólico	Reg. Aven. 166, fol. 57v
1370.4.14		BM recebeu 123 libras de João de Soure	Coll. 179, fol. 21v
1370.4.18	Évora?	BM recebeu frutos de vacatura dede Gonçalo Vasques	Coll. 179, fol. 75r
1370.8.9	Évora	BM mandou vender trigo	Coll. 179, fol. 229v
1370.9.7	Lisboa	BM procedeu a um câmbio de moeda portuguesa	Coll. 179, fol. 221v
1370.9.9	Lisboa	<i>Id.</i>	<i>Ibid.</i>
1370.9.11	Lisboa	<i>Id.</i>	<i>Ibid.</i>
1370.10.10	Santarém	<i>Id.</i>	<i>Ibid.</i>
1370.10.28	Lisboa	<i>Id.</i>	<i>Ibid.</i>
1370.11.21	Évora	<i>Id.</i>	<i>Ibid.</i>
1370.11.26	Évora	<i>Id.</i>	Coll. 179, fl. 221v
1370.12.8	Évora	<i>Id.</i>	Coll. 179, fol. 222r
1370.12.27	Lisboa	<i>Id.</i>	<i>Ibid.</i>
1370.12.28	[Lisboa]	BM recebeu anata de Martinho Lopes	Coll. 179, fol. 34v
1371.3.15	Braga	BM recebe conto de Pedro Bermeri	Coll. 179, fol. 130r, 131r; Boissellier, p. 287
1371.3.25	Braga	BM recebe conto de D. Martinho	Boissellier, p. 287
1371.3.27	Braga	BM procedeu a um câmbio de moeda portuguesa	Coll. 179, fol. 222v
1371.3.28	Braga	BM recebe conto de Martinho Barreri	Coll. 179, fol. 173; Boissellier, p. 312
1371.4.1	[Porto]	BM recebe conto de Domingos Eanes	Coll. 179, fols. 110, 222v; Boissellier, p. 280
1371.4.2	Porto	BM recebeu censo de D. Gonçalo Peres	Coll. 179, fol. 116r
1371.4.10	Coimbra	BM recebe réditos dos subcoleitores de Coimbra e Guarda	Coll. 179, fol. 91v, 174r, 182v; Boissellier, p. 273, 313
1371.4.11	Arneiro (d. Coimb.)	BM recebeu censo de D. Afonso	Coll. 179, fols. 99r, 222v
1371.4.15	[Coimbra]	BM recebe conto de Pedro Miguéis	Coll. 179, fol. 196r
1371.4.16	[Coimbra]	BM recebe conto de Pedro Miguéis	Boissellier, p. 318
1371.4.18	Coimbra	BM recebeu conto de Gomes Lourenço	Coll. 179, fols. 190v, 223r
1371.4.21	Coimbra	BM procedeu a um câmbio de moeda portuguesa	Coll. 179, fol. 223r
1371.4.24	[Coimbra?]	BM recebeu censo de D. Garcia Gonçalves	Coll. 179, fol. 99r
1371.4.30	Lisboa	BM recebe conto de Martim Eanes	Boissellier, p. 266
1371.5.1	Lisboa	BM procedeu a um câmbio de moeda portuguesa	Coll. 179, fol. 223r
1371.5.4	Lisboa	<i>Id.</i>	<i>Ibid.</i>

1371.5.6	Lisboa	<i>Id.</i>	<i>Ibid.</i>
1371.5.8	Lisboa	Último dia em que a sua pousada estava paga	Coll. 179, fol. 230v
1371.5.19	Évora	BM procedeu a um câmbio de moeda portuguesa	Coll. 179, fol. 223v
1371.5.18		BM recebeu anata de Domingos Peres	Coll. 179, fol. 34v
1371.5.24	Évora	BM recebe conto de Lourenço Mendes	Boissellier, p. 270
1371.5.25	Évora	BM faz acordo com D. Martinho, bispo de Évora	<i>Arm. C</i> , nº 379
1371.5.28	Beja	BM procedeu a um câmbio de moeda portuguesa	Coll. 179, fol. 223v
1371.5.29	Serpa	BM procedeu a um câmbio de moeda portuguesa	<i>Ibid.</i>
1371.9.12	Avinhão	BM entra em Avinhão	Coll. 179, fol. 233r
1372.3.11	Avinhão	Última assignação de dinheiros à Câmara Apostólica	Coll. 179, fol. 3r

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Cidade do Vaticano, Archivio Segreto Vaticano.

Armadio C, nº 379, 380.

Armadio XXXIII, t. 18.

Archivum Archis, *Collectoriae* 116, 179, 353.

Instrumenta Miscellanea, nº 2495, 2498, 2567, 2848.

Registra Avenionensia 166.

Registra Vaticana 249.

Fontes impressas

Adalbert, Nováček, «Copialbuch des apost. Nuntius Bertrand de Macello 1366-1368», *Vestník Královské české společnosti nauk. Trída filosoficko – historicko – filologická* 25 (1895) 1-41.

Boissellier, Stéphane ed., *La construction administrative d'un royaume. Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII^e-XIV^e siècles)* (Lisboa, 2012).

Lecacheux, Paul et al, ed., *Lettres secrètes et curiales du pape Urbain V (1362-1370) se rapportant à la France* (Paris, 1902-1955).

Linehan, Peter, *Portugalia Pontificia: Materials for the History of Portugal and the Papacy*, 2 vols. (Lisboa, 2013).

Milián Boix, Manuel, *El fondo «Instrumenta Miscellanea» del archivo Vaticano: Documentos referentes a España (853-1782)* (Roma, 1969).

Sousa, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. I-II, nova edição revista (Coimbra, 1946).

Williman, Daniel, *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la Papauté d'Avignon*, vol. I (Paris, 1980).

–, ed, *Calendar of the Letters of Arnaud Aubert, Camerarius Apostolicus, 1361-1372* (Toronto, 1992).

- , e Corsano, Karen, eds., *The Spoils of the Pope and the Pirates, 1357: The Complete Legal Dossier from the Vatican Archives* (Cambridge, MA, 2014).

Obras citadas

- Boissellier, Stéphane, «Sur quelques manuscrits concernant la fiscalité pontificale au Portugal», *Archivum Historiae Pontificiae* 43 (2005) 13-46.
- Centeno, Rui M. S., «A torre de Hércules e as emissões monetárias de D. Fernando I de Portugal na Corunha» in *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves* (Lisboa, 2016) 466-479.
- Farelo, Mário, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*, Dissertação de Mestrado, 2 vols. (Lisboa, 2003).
- , *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento (Lisboa, 2008).
- , «Les clerics étrangers au Portugal durant la période de la papauté avignonnaise: un aperçu préliminaire», *Lusitania Sacra* 22 (2010) 85-147.
- , «O percurso eclesiástico e político de Afonso Domingues de Linhares, bispo da Guarda (1364-1394) e de Segóvia (1394-1397)», *Estudios Segovianos* 55/122 (2013) 277-323.
- , «Agapito de Colonna», in João Luís Inglês Fontes, dir. *Bispos e Arcebispos de Lisboa (1147-1710)* (Lisboa, 2017), no prelo.
- Glénisson, Jean, «Un agent de la Chambre apostolique au XIV^e siècle. Les missions de Bertrand du Mazel (1364-1378)», *Mélanges d'archéologie et d'histoire* 59 (1947) 89-119.
- , «Documenti dell'Archivio vaticano relativi alla collettorìa di Sicilia (1372-1375)», *Revista della Storia della Chiesa in Italia* 2 (1948) 225-262.
- Greiner, Lily, «Un représentant de la Chambre Apostolique de Clément VII en Aragón au début du Grand Schisme (1378-1380)», *Mélanges d'archéologie et d'histoire* 65 (1953) 197-213.
- Guillemain, Bernard, «Les cadres et les institutions de l'Eglise latine», in Jean-Marie Mayeur et al., eds. *Histoire du Christianisme*, vol. VI: *Un temps d'épreuves (1274-1449)* (Paris, 1990) 27-88.
- , «Sur l'efficacité de l'administration pontificale au XIV^e siècle», *Francia* 9 (1980): 143-148.
- Kirsch, J. P., «Comptes d'un collecteur pontifical du diocèse de Lausanne sous le pape Jean XXII», *Archives de la Société d'Histoire du Canton de Fribourg* 8 (1907) 102-113.
- Le Roux, Amandine, *Servir le pape, le recrutement des collecteurs pontificaux dans le royaume de France et dans le comté de Provence de la papauté d'Avignon à l'aube de la Renaissance (1316-1521)*, 3 vols., Tese de Doutoramento, Université Paris Ouest Nanterre la Défense, 2010.
- , «Bibliothèques des collecteurs pontificaux en territoire angevin (1316-1422)», *Belvedere Meridionale* 27/2 (2015) 37-47.
- Linehan, Peter, *The Spanish Church and the Papacy in the 13th century* (Cambridge, 1971).
- , «The Church, the economy and the reconquista in early fourteenth-century Castile», *Revista Española de Teología* 43 (1983) 275-303.

- , «The Church, the economy and the reconquista in early fourteenth-century Castile» en *idem*, *Past and Present in Medieval Spain* (Aldershot, 1992) pt. XI, 275-303.
- Molho, Anthony, *Firenze Nel Quattrocento*, 2 vols. (Roma, 2006).
- Mollat, Guillaume, «Jean de Cardaillac, un prélat réformateur du clergé au XIV^e siècle», *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 48 (1953) 74-121.
- , *Les papes d'Avignon (1305-1378)*, 10^a edição revista (Paris, 1965).
- Morelló I Baget, Jordi, «Andanzas (y malandanzas) de un collector pontificio en la Corona de Aragón. El caso de Folc Perer (1351-1371)», in *En busca de Zaqueo: los recaudadores de impuestos en las épocas medieval y moderna*, ed. Angel Galán Sánchez et al. (Madrid, 2012), 175-192.
- Renouard, Yves, *Les relations des papes d'Avignon et des compagnies bancaires de 1316 à 1378* (Paris, 1941).
- Samaran, Charles e Mollat, Guillaume, *La fiscalité pontificale en France au XIV^e siècle: période d'Avignon et du Grand Schisme d'Occident* (Paris, 1905).
- Tai, Emily Sohmer, «Restitution and the definition of a Pirate: The Case of Sologrus de Nigro», *Mediterranean Historical Review* 19/2 (2004) 34-70.
- Theis, Valerie, «Les progrès de la centralisation romaine au siècle de la papauté avignonnaise (1305-1378)», in Marie-Madeleine de Cevins e Jean-Michel Matz, eds. *Structures et dynamiques religieuses dans les sociétés de l'Occident latin (1179-1449)* (Rennes, 2010), 33-44.
- Trenchs, Josep, «El manual de Collectoria de Mateu Rapaz en Cerdeña (1396-1408)», *Cuadernos de trabajos de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma* 17 (1984) 205-226.
- Viana, Mário, «O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média», in Jorge Solórzano et al., eds., *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval* (Logroño, 2012), 313-344.

ABSTRACT

A papal collector in remotis finibus mundi. Bertrand du Mazel in Portugal (1368-1371)

This paper deals with the analysys of the Portuguese mission of the apostolic collector Bertrand du Mazel between 1368 and 1371, in order to establish his itinerary, clarify the various taxes collected and the measures taken to insure their transfer to the papal Curia.

Mário Farelo
 Instituto de Estudos Medievais
 Centro de Estudos de História Religiosa
 mario.farelo@fcsh.unl.pt